

PELA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES: ASSOCIAÇÕES FEMININAS NO RECIFE DOS ANOS 50

Maria do Socorro de Abreu e Lima
*Departamento de História da
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)*

Resumo

Este artigo aborda a participação de mulheres e sua organização em associações, na década de 1950, na luta por direitos e por melhores condições de vida nos bairros do Recife.

Palavras-chave: mulheres, lutas, direitos, associações.

Abstract

This article examines the women's participation and organization in associations during the fifties, and their struggles for better condition of life and rights in the popular districts in Recife.

Key words: women, struggles, rights, associations.

Nos anos que se seguiram à II Guerra Mundial, foi organizado um movimento de mulheres razoavelmente ativo nas principais cidades do país. Essas mulheres não estavam preocupadas com a existência de uma opressão específica que atinge, embora de maneira diferente, todas as mulheres, independente da classe ou camada social, grupo étnico ou cultura a que pertençam¹. Não eram, nesse sentido, feministas. Embora considerassem importante o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres e, conseqüentemente, defendessem mudanças no Código Civil e a aplicação de leis mais eqüitativas no que diz respeito ao trabalho, sua preocupação maior era a de melhorar as condições de vida das mulheres enquanto donas-de-casa e trabalhadoras. Em termos políticos, essas associações eram dirigidas por pessoas ligadas ao Partido Comunista. Sendo assim, participavam também das campanhas gerais levadas por esse partido, no período.

Apesar de não contarem com muito apoio e reconhecimento, conseguiram reunir algumas mulheres nos bairros, numa época em que não era comum a existência de outros movimentos desse tipo.

Este artigo procura trazer suas principais atividades, reivindicações e dificuldades, com vistas a tirá-las da invisibilidade a que, normalmente, são confinadas. Para isso, procuramos situar o Recife de então, espaço de lutas, movimentos e rebeldia.

Recife, importante centro comercial desde os tempos coloniais, participou do processo de industrialização já no final do século XIX, tendo estabelecimentos destinados praticamente às necessidades básicas de consumo, com fábricas de alimentos, óleos vegetais, bebidas, tecidos, roupas, utensílios, artigos de limpeza, meios de transporte, charutos e fumo, fósforos, cimento, cal e curtumes.²

Conforme o censo de 1950, sua população era de 524.682 pessoas, resultado principalmente da migração proveniente do interior e de outros estados do Nordeste. Pouco mais da metade era formada por mulheres.

Das pessoas que sabiam ler e escrever, mais da metade era do sexo feminino (130.047 homens e 139.992 mulheres), embora, entre os analfabetos, fosse bem maior o número de mulheres: 105.026, para 73.470 homens. A diferença era ainda mais gritante no que diz respeito às pessoas com curso superior completo: eram 3.390 homens para 319 mulheres!

Numa região de grande concentração de renda e pouca oferta de emprego, a maioria da população sobrevivia ligada a atividades informais como biscateiros, ambulantes etc. e mesmo os trabalhadores que participavam do mercado formal recebiam salários muito baixos. Sendo assim, as condições de vida de boa parte dos moradores da cidade eram bastante precárias.

Morando, no geral, nos morros ou nos alagados, de tudo se era carente: não havia serviços de infra-estrutura básica, como rede de água e esgoto, eletricidade, telefone, as ruas não eram calçadas, as moradias, construídas de forma precária e desordenada. A escolarização, praticamente inacessível, e o atendimento médico, mesmo quando relativo à infância, deixava muito a desejar.

A falta de moradias e sua precariedade eram uma tônica na vida da população pobre. Em 1913, havia cerca de 20 mil cortiços e mocambos no Recife, o que representava 43% do total das habitações da cidade.³ Devido ao alto preço dos aluguéis, a opção possível era a construção de mocambos em áreas tomadas das águas a partir de aterros. Mas isso não significava ficar livre do aluguel, porque logo apareciam os ‘donos’ do chão, a quem os moradores deveriam pagar o foro. Os alagados eram considerados patrimônio da União por serem terrenos de marinha, porém incorporados aos domínios das classes ricas que obtinham o aforamento legal, isto é, o direito ao uso do solo mediante o pagamento de uma taxa anual. Ao construir o mocambo, o morador passava a dever a esses falsos proprietários o aluguel do chão.

Em 1938, o governador de Pernambuco, Agamenon Magalhães, intensificando sua política de combate à proliferação de mocambos, proibiu sua construção e passou a destruir aqueles já construídos, deixando muita gente sem abrigo já que quase metade da população era ‘mocambeira’. Nos 45.581 mocambos, 67% deles cobertos de palha e de chão batido, moravam 164.387 habitantes – quase 50% da população recifense. Esse tipo de moradia era responsável, segundo o governador, pelo êxodo rural e pelo aumento da concentração urbana, além de ser causador do baixo padrão de vida da população, uma vez que o povo, ao vir para a cidade, aumentava a oferta de mão-de-obra disponível e, conseqüentemente, possibilitava a existência de baixos salários. A exploração feita aos trabalhadores do campo e da cidade pelas classes dominantes não figurava, contudo, em suas análises.

Sem ter onde morar, as famílias que aceitassem retornar ao lugar de origem receberiam gratuitamente a passagem do governo. Para as que insistiam em ficar, a alternativa passou a ser a ocupação dos morros, terras que não interessavam ao capital imobiliário, onde construíam suas casas, geralmente de taipa – com barro, capim e madeira –, pequenas, baixas, quentes e desconfortáveis.

Para os que trabalhavam em fábricas havia a possibilidade de residir em casas das vilas operárias. A construção dessas vilas começou já na virada do século XIX para o XX. Na Grande Recife, por exemplo, havia vilas em Paulista e Camaragibe e, na cidade, a vila da Macaxeira e a vila da Torre, todas ligadas a importantes fábricas têxteis. Ao construí-las, o proprietário, além de buscar garantir o suprimento e a permanência da mão-de-obra, procurava, através do controle do cotidiano de seus trabalhadores, impor valores, modos de vida, maior disciplina, evitar sua organização autônoma e a emergência maior dos conflitos capital x trabalho.

Para o patrão, além de funcionar como fator de pressão sobre os trabalhadores, a construção representava um investimento seguro, pois, mensalmente, eram pagos os alugueis. O fornecimento da moradia permitia que os salários fossem rebaixados e garantia que a mão-de-obra especializada ficasse próxima e permanentemente à disposição das necessidades da fábrica.⁴

Mas quando esse tipo de construção deixou de existir, na medida em que já se dispunha de mão-de-obra em abundância e o setor têxtil apresentava sinais de crise em Pernambuco, foi o próprio governo quem passou a tomar essa iniciativa. As casas, porém, só poderiam ser alugadas a famílias legalmente constituídas, sendo vedado ao inquilino, que deveria saber ler e escrever, o direito de fazer qualquer alteração na casa, até mesmo mudar a disposição de um ferrolho ou colocar pregos. Animais domésticos eram também proibidos.

Essas vilas, em número pequeno, aumentaram um pouco no governo Agamenon Magalhães: a vila dos contínuos, das lavadeiras, das cozinheiras etc.

A população mais carente tinha, então, de buscar alternativas. Em 1957, por exemplo, surgiu a ocupação do Areal Novo, no bairro do Pina, numa área cujo aforamento pertencia a uma colônia de pescadores. Os invasores, que em sua maioria procediam do interior e de outras favelas do Recife, faziam seus casebres de papelão e zinco, palha de coqueiro etc. Mas o que construíam à noite era derrubado de dia, caso a moradia não permanecesse com gente para defendê-la. Porém, o povo respondia às investidas da polícia com nova reconstrução. Dessa luta de resistência surgiu Brasília Teimosa, que em 1958, após importante passeata até o palácio do governo, conseguiu o direito de não ser mais derrubada.⁵

Ao procurar ocupar as regiões beira-rio e os manguezais, a população que para aí se dirigia, além de levantar uma moradia, conseguia tirar do lugar o seu sustento, pescando caranguejos, siris, peixes, moluscos. Muitas mulheres tinham aí uma fonte de trabalho e subsistência.

Essa questão da moradia continuava bastante precária. Não só os aluguéis eram caros como era freqüente a exigência do pagamento de “luvas” ou de “chaves”, um depósito em dinheiro feito pelo inquilino para conseguir garantir o aluguel. E disso não estava livre nem mesmo quem morava nos mocambos, pois estes nem sempre pertenciam a quem neles residia. Algumas vezes, parte do mocambo era sublocado; há casos em que os moradores eram pressionados a se mudar para que se pudesse melhorar a construção, como rebocar o mocambo, por exemplo, de tal modo que se auferisse um lucro maior com o aluguel.

De vez em quando ocorriam cheias dos rios maiores, carregando pontes, isolando moradias, destruindo os poucos utensílios existentes, levando, com a enxurrada, plantas e animais criados nos quintais ou mesmo animais de estimação. Os moradores ficavam perambulando em prédios públicos sem ter para onde ir, tentando, às vezes, algum empréstimo da prefeitura na busca de recompor um pouco da sua vida.

Não faltavam, nessas horas, distinções sexuais: uma jovem costureira, por exemplo, ao pedir ajuda financeira, recebeu do guarda de serviço da Legião Brasileira de Assistência (LBA) oferecimento para um “amigamento”, ao que retrucou enfurecida.⁶

Além desses, a população pobre do Recife enfrentava uma série de outros problemas. Falta de água, obrigando-a a recorrer às cacimbas, quando possível, ou à compra de água transportada em carroças puxadas por jegues e pequenos caminhões. Por isso era grande a reivindicação de construção de chafarizes.

O abastecimento de água feito dessa forma também deixava muito a desejar. Além de o preço da lata de água ser considerado alto (no início dos anos

1950, dependendo do bairro, custava de 40 a 60 centavos na porta, e 19 centavos no chafariz), era preciso ficar, às vezes, horas a fio numa fila, o que se procurava resolver deixando a lata sob a vigilância de crianças ou de alguma comadre – artifício que, de vez em quando, resultava em tumulto. Se o terreno onde ficava o chafariz era arenoso, logo se enchia de lama em torno. Um banho, aí, custava 40 centavos.

Havia casos em que os chafarizes pertenciam a particulares, contra o que a população protestava. Além das carroças, que transportavam água para vender nas portas, havia também pessoas que ganhavam a vida com esse trabalho, carregando latas de água nos ombros, se homens, ou levando-as na cabeça, se mulheres.

Mesmo onde havia água encanada era muito comum a falta dela, principalmente em determinados horários. Daí as constantes reclamações.

Segundo o censo de 1950, o Recife possuía 104.804 moradias. Desse total, apenas 30.319 casas tinham água encanada; 52.958, instalações elétricas e 56.365, aparelhos sanitários.

Vivendo numa situação tão precária de moradia, enfrentando o desemprego, os baixos salários e a carestia, a vida familiar, particularmente a das mulheres, era muito difícil.

Como donas-de-casa, eram elas responsáveis por multiplicar os poucos salários, cuidar da casa, dos filhos, dos velhos e doentes. Relacionando-se no espaço do bairro, tinham de providenciar escola e atendimento médico para os filhos, arrumar água para garantir os afazeres domésticos, etc., atividades que eram consideradas de sua responsabilidade.

É nesse quadro que encontramos mulheres levando – além da luta cotidiana, comum a todas – uma atuação de forma organizada e em projetos coletivos, participando de entidades de bairro ou de associações de mulheres.

Já nos anos 40 existiam, no Recife, entidades que podem ser consideradas precursoras das associações de bairro. Em 1948, por exemplo, foi criada a Sociedade Mixta Largo do Viveiro, de Afogados, que visava assegurar a posse da terra procurando, entre outras coisas, buscar melhoramentos para a localidade. A Sociedade Mixta 30 de Setembro, da Mustardinha, pretendia trabalhar pelo progresso do bairro criando escolas, postos médicos e condições higiênicas para seus habitantes.⁷

O fato de se assumirem como mistas indica que, nelas, havia participação de mulheres. Por outro lado, permite deduzir a existência de outras, onde essa participação era vedada.⁸

Mas foi a partir de 1955 que as associações de bairro se tornaram mais efetivas e numerosas, fruto, principalmente, da eleição de Pelópidas Silveira, can-

didato da Frente do Recife, que coligava o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista do Brasil (PCB), além de membros da União Democrática Nacional (UDN). Essas associações davam respaldo ao governo pressionando a Câmara dos Vereadores para apoiar mensagens do prefeito de cunho popular e, ao mesmo tempo, levavam as reivindicações de cada localidade.

As principais reivindicações diziam respeito à questão da terra, calçamento, iluminação pública, aterros de alagados, escolas, postos de abastecimento de gêneros alimentícios, transporte.

No final dos anos 50, a prefeitura passou a realizar audiências nos bairros, ocasião em que se discutiam as reivindicações e traçavam-se prioridades, sendo, ainda, adotado o regime de mutirão para a realização de algumas obras.

Com o tempo, as associações foram desenvolvendo atividades educativas e culturais. Várias escolas do Movimento de Cultura Popular funcionavam em sedes das associações de bairro.

No início dos anos 60, essas entidades passaram a discutir temas políticos e, embora não tivessem vínculos partidários, eram fortemente influenciadas pelos partidos de esquerda, como o PSB e, principalmente, o PCB.

A participação organizada de mulheres através de organizações femininas surgiu anteriormente, em meados dos anos 40, desenvolvendo-se em função da conjuntura surgida com a Segunda Guerra Mundial. Formando comitês em todo o país, as mulheres recolhiam donativos para enviar aos soldados brasileiros no *front* e lutavam contra o alto custo de vida, o câmbio negro e o nazi-fascismo.⁹ Formaram comitês de bairro denunciando sonegadores e pressionando no sentido de que se coibissem os abusos.

Ao mesmo tempo, organizou-se um amplo movimento pela anistia aos presos e perseguidos políticos. Após sua conquista, os Comitês de Mulheres pela Anistia transformaram-se em Comitês de Mulheres pela Democracia e, durante quase cinco anos, lutaram pelos direitos da mulher e sua emancipação, realizando programas de natureza cultural, de defesa da infância e da soberania nacional. Também nessa época já havia a preocupação em levar uma luta contra a carestia, pelo desenvolvimento do ensino e pela proteção da saúde pública.

O intercâmbio entre essas associações de mulheres era raro, com alguns encontros e troca de experiências ocorrendo praticamente apenas entre as mulheres comunistas que aí atuavam. Daí surgiu a necessidade de se criar uma instância que unificasse o movimento de mulheres em nível nacional, coordenando suas atividades mais gerais.¹⁰

Com essa finalidade, convocou-se um debate de três dias no Rio de Janeiro, em 1949, com representantes de todo o movimento de mulheres do país, que

resultou na fundação da Federação de Mulheres do Brasil (FMB), cuja primeira presidente foi Alice Tibiriçá.

A idéia da realização de uma convenção feminina para discutir a defesa dos interesses da mulher, da paz mundial e das riquezas nacionais foi lançada inicialmente em São Paulo e teve acolhida imediata no Recife.

As mulheres do bairro da Torre foram as primeiras a realizar uma mesa-redonda, no mês de janeiro, como preparação para a Convenção Feminina Estadual, na qual discutiram-se a situação de miséria da mulher operária, a falta de assistência à maternidade na fábrica da Torre, importante fábrica têxtil da região, a questão dos aluguéis e dos preços dos gêneros de primeira necessidade, elegendo-se ainda uma delegada à convenção.¹¹

Toda essa mobilização vinha também em resposta ao apelo do II Congresso Internacional das Mulheres, realizado em Budapeste, que reuniu representantes de 56 países num intenso movimento pela paz. O I Congresso realizara-se em Praga.

Em 1945, em Paris, a Federação Democrática Internacional de Mulheres já colocava a necessidade da defesa dessa bandeira a todos os povos e, com o advento da Doutrina Truman e da Guerra Fria, a questão tornou-se crucial, particularmente para o povo soviético.

No que diz respeito ao Brasil, questiona-se a prioridade que lhe foi atribuída. Nossos problemas eram de outra ordem, muito mais relacionados ao tipo de desenvolvimento aqui levado, que visava, basicamente, a manutenção dos privilégios da elite dominante, marginalizando milhões de pessoas numa miséria sem fim.

Apesar disso, a questão da paz foi devidamente encaminhada. De qualquer modo, o mundo estava recém-saído da guerra, e suas marcas, mesmo que de forma indireta, acarretaram problemas para a classe trabalhadora e sensibilizaram “corações e mentes” também no Brasil. Não se pode esquecer, por exemplo, que em 1942 foi restaurada a jornada de trabalho de dez horas em nome do “estado de guerra”, bem como foi suspenso o direito de férias nas indústrias consideradas essenciais à segurança nacional, proibida a mobilidade de trabalho nas indústrias de guerra, transformando em desertores os trabalhadores que faltassem ou desistissem do emprego, havendo, inclusive, em 1945, pedido de anistia para aqueles enquadrados nessa falta tão “impatriótica”. Paoli¹² cita o envolvimento de 800 indivíduos nessa questão, em uma só audiência.

Porém, mesmo pensando no Recife, que durante a guerra enfrentou problemas de abastecimento e foi palco da presença de muitos norte-americanos, a necessidade da defesa da paz era uma idéia um tanto distante para boa parte da população. Muito embora se apresentasse com uma justificativa lógica, como se

pode apreender desses depoimentos de operárias feitos ao jornal: “Não quero que minha filha fique sem pai” ou “Se rebentasse outra guerra, logo os preços aumentariam ainda mais”¹³.

Quando da luta contra o envio de tropas para a guerra da Coréia, no início da década de 50, diversas foram as justificativas para engajar a mulher nessa causa:

[...] muitas vezes são obrigadas elas próprias a abandonarem o lar para também ajudar ao marido com qualquer trabalho – no qual geralmente são mais exploradas que os homens pela sua própria condição de mulher, que não tem leite para o filho menor nem escola [...] porque arcam com os maiores prejuízos morais e materiais; são as que ficam viúvas, perdem os filhos [...]; são elas que mais trabalham na fábrica; que passarão mais fome pela escassez [...]¹⁴.

Esse discurso, que expressa a visão e o sentimento de uma gama muito grande de pessoas, já que a guerra penaliza, entre os civis, particularmente as mulheres – que precisam assumir a direção de suas famílias em virtude da falta dos companheiros –, nos faz refletir, contudo, sobre as condições efetivas das mulheres chefes de família, que, sozinhas, também eram obrigadas a dar conta da prole enfrentando imensas dificuldades e cujo reconhecimento não se efetiva, pois os salários são sempre vistos como complementares e, portanto, rebaixados.

O Congresso das Mulheres pela Paz, no Recife, aconteceu na sede da União dos Estudantes de Pernambuco, à rua da Matriz, nos dias 19 e 20 de março de 1949, tendo o seguinte temário: 1º. – necessidade de organização e unidade do movimento feminino contra o alto custo de vida e em defesa da paz; 2º. – defesa dos direitos civis, políticos e econômicos das mulheres; 3º. – problemas gerais de educação e cultura; 4º. – problemas de assistência social, maternidade e infância.¹⁵

Foi fundada, então, a União Feminina de Pernambuco, em 19 de março de 1949, cuja primeira presidente foi Alexina de Paula Crespo, esposa do advogado Francisco Julião, que tornou-se, mais tarde, deputado e principal dirigente das Ligas Camponesas.

Para a Associação de Mulheres precisava a parte legal, porque era do PC, e a parte legal seríamos quem? Ofélia, eu, Nize Duarte, quer dizer, pessoas que tivessem um respaldo político por trás (Ofélia era esposa do deputado Paulo Cavalcanti, Nize era esposa do vereador Carlos Duarte). E eu entrei assim, bucha de canhão, sei lá, pró forma. Mas a gente também vai se entusiasmando, começa, nós tínhamos que ler aqueles docu-

mentos que vinham da União Soviética, do Comitê Central quando haviam os Congressos, que mandavam prá cá, então a gente tinha que ler e a pessoa vai se esclarecendo e vai criando uma consciência política, né.¹⁶

As discussões giravam não só em torno das grandes questões colocadas pelo Partido Comunista, como a defesa do petróleo e da paz mundial, mas também retratavam problemas que, de imediato, diziam de perto àquelas mulheres presentes ao evento: a delegada do bairro de Casa Amarela reivindicou a instalação de um telefone público, aterro para os alagados, transporte nas ruas principais do bairro, além de colocar a necessidade do combate à carestia de vida e da venda de casas das vilas populares a preço de custo; a de Campo Grande levantou as dificuldades enfrentadas no bairro sem luz, água e assistência social.

Foram citados, ainda, os problemas da mulher operária, inclusive das esposas dos ferroviários. Ou seja, as principais questões diziam respeito à situação das mulheres no trabalho fabril e nos bairros, o que é a marca constante das reivindicações das mulheres no período. Sendo, em sua maioria, donas-de-casa, mesmo quando trabalhadoras assalariadas a dupla jornada lhes impunha os afazeres domésticos. Era-lhes crucial resolver os problemas ligados à sua condição de moradia.

Determinadas campanhas, como a do petróleo, tinham o apoio de grandes massas e conseguiam se organizar em entidades específicas. Em 1952, havia o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo de Casa Amarela, o Centro de Defesa do Petróleo do Cordeiro, entre outros.

A campanha d'O Petróleo É Nosso foi intensa em todo o Brasil. O povo do Recife, como em outros lugares, também ergueu a sua torre:

[...] Na ocasião em que dona Alice Tibiriçá, vinda do Rio de Janeiro, fez ali um comício (no Beco do Quiabo), os trabalhadores de Casa Amarela inauguraram uma torre simbólica de petróleo, de madeira. A polícia a derrubou. Fizeram outra, mais forte. A polícia veio e destruiu de novo. Passada uma semana, os populares construíram nova torre, dessa vez com utilização de grossos e resistentes caibros de madeira, parafusados. Media uns quatro metros de altura e se situava no meio da rua, no lugar de maior movimento. A polícia não pode derrubá-la. E lá ficou por muito tempo a torre simbólica do petróleo, encarnando a resistência do povo contra seus adversários, motivo de orgulho para Casa Amarela¹⁷.

Não era fácil, porém, para as mulheres, levarem essas campanhas. No caso da luta contra a carestia, em fevereiro de 1952, por exemplo, as donas-de-casa tentaram fazer um boicote à compra de carne. Os jornais da autodenomina-

da imprensa “sadia”, isto é, aqueles ligados aos grandes grupos econômicos e políticos, disseram que a campanha era coisa de comunistas. Com vistas a desacreditá-la, o *Diário da Noite* chegou a dizer que não valia a pena boicotar apenas um produto, já que a inflação era geral, numa tentativa de desmerecer o movimento.¹⁸

Apesar disso, foi noticiada uma baixa de Cr\$ 3,00 no quilo da carne.

Mas a campanha não deve ter surtido o efeito desejado. Continuaram as denúncias sobre a carestia e, quando do aumento dos preços das passagens, apelava-se para a juventude. Foram os estudantes que, no ano anterior, partiram para a agressão aos ônibus e conseguiram que os preços voltassem ao que eram antes. Também se procurava pressionar os vereadores, o que nem sempre dava resultado.

As resoluções dos congressos eram divulgadas nos bairros em meio a festas promovidas para esse fim: havia vespéral dançante mais outros entretenimentos populares e, ao final, era feita palestra com a exposição do que se pretendia divulgar.

Maria Luiza Cavalcanti, recordista na coleta de assinaturas contra a bomba atômica e pela paz, do Ceará, dá o seguinte depoimento sobre a Federação das Mulheres Cearenses, em 1955:

A Federação congrega na Capital 16 uniões femininas, além das do interior. O centro da atividade tem sido a luta contra a carestia nos bairros, ao lado de lutas por reivindicações locais como telefone, água, luz. Costumamos promover sempre festas. Para divulgar os propósitos da Federação, distribuimos um aluá de milho com as crianças de cada bairro, o que tem dado bom resultado, e também fazemos paneladas, festas e danças¹⁹.

Não era diferente a maneira de atuar da associação no Recife. No Natal, distribuíam presentes às crianças dos bairros populares e o jornal propunha que se usassem alto-falantes para atingir as mães nessas ocasiões.

Também em atos públicos usavam-se desses expedientes. Há convites para um ato contra a carestia, no Alto do Céu, no qual, após a atividade, haveria o sorteio de um “lindo prêmio” entre os presentes.²⁰

Essa prática, comum na época, era usada para atrair e agrupar pessoas, mesmo em outras entidades e estados. Assim é que o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo organizou uma festa de Reis, no bairro de Casa Amarela, onde houve corrida de resistência, quebra-panela e briga de galo humana, que é uma brincadeira em que duas pessoas, sem poder movimentar os braços nem andar por estarem vestidas com um saco, procuram, aos pulos, derrubar-se mutuamen-

te com golpes de ombro. Após as brincadeiras, houve a posse solene da nova diretoria, seguida de palestra.²¹

Lutar em defesa da paz era altamente arriscado. Na verdade, toda atividade política da esquerda na época continuava bastante cerceada, fosse ela de caráter mais reivindicativo e econômico, como as atividades sindicais, greves, e outras, ou mais gerais e políticas. Havia uma repressão praticamente cotidiana ao PCB e a outras forças de oposição ou a personalidades progressistas, como foi o caso de Monteiro Lobato, preso por divulgar uma carta em defesa do petróleo, e as pressões e intimidações da polícia eram constantes, de acordo com a conjuntura estadual, nacional e internacional.

No que se refere à imprensa partidária, as perseguições estavam sempre presentes. Era comum o jornal *Folha do Povo* ter edições apreendidas ou sua gráfica invadida, havendo, então, quebra de máquinas, prisão de jornalistas e funcionários etc.

Assim, a Conferência pela Paz, atividade na qual participariam as mulheres, bem como vários setores da sociedade, foi proibida no Recife. No Rio de Janeiro, sua abertura na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi interrompida a bala, no início de agosto de 1949. Alice Tibiriçá, importante liderança e presidente da Federação de Mulheres do Brasil, foi presa, o mesmo acontecendo no Recife com Júlia Santiago, operária têxtil e militante do PCB, inclusive vereadora.

Ainda em novembro do mesmo ano, em uma manifestação contra a Lei de Segurança Nacional realizada no Rio de Janeiro, foi assassinada uma mulher grávida, ativista do movimento, Zélia Magalhães, o que motivou muitos protestos.

A Associação de Mulheres de Pernambuco promoveu atos públicos pela paz em alguns bairros como Casa Amarela e Santo Amaro, organizou palestras e encaminhou campanha de recolhimento de assinaturas pela interdição das armas atômicas. Há notícias de seis mulheres presas num só dia quando participavam de um comando com esse objetivo.²²

Muitas outras atividades chegaram a ser proibidas.

Apesar das dificuldades, as mulheres pernambucanas assumiram com garra a coleta de assinaturas: Nantília, com mais de 18 mil, foi a recordista estadual e nacional dessa campanha, em 1951.²³

E não eram perseguidas apenas nessas lutas em torno de questões mais gerais. No ano de 1950, há denúncias sobre a prisão de duas mulheres no município de Jaboatão, quando faziam propaganda dos “candidatos de Prestes” às eleições, sendo uma, até mesmo, menor de idade.²⁴

As mulheres também procuravam usar da criatividade. Além de instalar bancas para a coleta de assinaturas no centro da cidade, iam às feiras e procura-

vam chamar a atenção. Em certa ocasião, uma dessas mulheres subiu num caixote, enrolou-se na bandeira do Brasil e, assim, conseguiu atrair o público para o seu discurso.²⁵

As mulheres participaram, ainda, de diversas atividades. Eram solidárias quando coletavam donativos para ajudar as famílias, tanto no caso de greve como no de prisão de trabalhadores e democratas. Assim é que, em 1950, mulheres da Várzea, Iputinga e Barreiras levaram dinheiro para os familiares de presos políticos.²⁶

Protestavam e denunciavam prisões por motivos políticos, não só em nível local, mas também nacional. Um dos casos mais citados diz respeito à prisão de Elisa Branco, que numa parada militar, no Rio de Janeiro, abriu uma faixa com os dizeres: “Os soldados, nossos filhos, não irão para a Coréia”, numa alusão à guerra que então se desenrolava e na qual os Estados Unidos estavam diretamente envolvidos. Condenada a quatro anos de prisão, cumpriu parte da pena após intensa campanha por sua libertação. No ano seguinte, mais duas “partidárias da paz” foram também condenadas, gerando nova campanha pela sua libertação.²⁷

Em termos de repressão, as mulheres eram atingidas, embora em menor número. No ano de 1950, há denúncias sobre prisões de membros da Federação de Mulheres do Brasil, seção de São Paulo, durante o governo Adhemar de Barros, e morte de três trabalhadores no Rio Grande do Sul, entre os quais a operária Angelina Gonçalves, numa manifestação de Primeiro de Maio.

No Recife, nesse mesmo ano, foi cassado o mandato de cinco vereadores do PCB, entre os quais Júlia Santiago, operária têxtil. Uma mulher foi presa pela polícia de Pernambuco quando participava da campanha contra o uso da bomba atômica e teve seus cabelos tosquiados a faca, no Departamento de Ordem Política e Social (Dops). As mulheres do bairro de Casa Amarela cotizaram-se e lhe compraram uma peruca.²⁸

As mulheres, organizadas nas associações, se solidarizavam, protestavam, manifestavam-se contra o cerceamento da atuação política, inclusive eleitoral, contra as arbitrariedades, contra as prisões em geral, o que só veio a mudar com a eleição de Cid Sampaio, em 1958. O protesto poderia surgir sob as mais diferentes formas: na época era comum a eleição de rainhas também no meio popular e sindical, sendo o objetivo principal do concurso arrecadar fundos com a venda dos votos das diversas candidatas. Então, quando do concurso de Rainha da Imprensa Popular, em 1950, os portuários lançaram como candidata a filha de um companheiro que fora preso cinco meses antes.²⁹

No início da década de 50, além da Associação de Mulheres de Pernambuco, com sede no centro do Recife, diversas outras entidades já atuavam em dife-

rentes bairros populares e com ela se relacionavam: a Associação Feminina Zélia Magalhães, da Mustardinha, sob a presidência de Nerina Costa Mendes; a Liga Instrutiva Feminina, de Santo Amaro, presidida por Edite Cruz; a Comissão Feminina Pró-Reivindicação, de Olinda; a União Feminina em Defesa do Lar, de Cavaleiro.

Em 1950, na Convenção Feminina organizada pela Associação de Mulheres, participaram alas de sete bairros: Casa Amarela, Torre, Várzea, Pina, Santo Amaro, Mangueira, Mustardinha. E ainda a Ala Feminina dos Comerciários e da União de Defesa dos Trabalhadores, entidade que contava com a participação de mulheres de várias condições sociais. Também estiveram presentes representantes de outros sete municípios.

Nessas entidades, organizavam-se por reivindicações específicas, ligadas a seu papel de donas-de-casa e mães de família, além de problemas dos bairros. As mulheres de Olinda, por exemplo, protestavam contra a falta de água, as da Torre batalhavam pela construção de uma escola, enquanto as de Casa Amarela, ainda, queriam o calçamento de uma rua e o aterro das zonas baixas do bairro. As de Santo Amaro, além das reivindicações do bairro, queriam promover a alfabetização de mulheres e o ensino de corte e costura. Reivindicavam, também, a construção de casas populares, maternidades, chafarizes etc.³⁰

Era difícil ver atendidas as suas reivindicações, pois a política urbana é definida em função do processo de acumulação capitalista e não dos interesses populares.³¹ Além disso, as entidades não conseguiam grande participação de massas devido também à repressão e à pouca prática de organização das mulheres; havia, ainda, o problema de os políticos não quererem fortalecer um trabalho que consideravam ser do PCB.³²

Além dessas lutas específicas, as mulheres participavam de várias campanhas gerais, como já foi assinalado. Apesar de essas campanhas serem definidas em termos partidários, não é adequado supor que fossem sempre simples manipulação do movimento. Se a motivação das mulheres ao participar da luta era mais imediata, isso não significa que não pudessem relacionar os problemas mais gerais com a própria situação de vida. Embora, como se pode perceber, essa vinculação fosse feita sempre dentro de uma visão tradicional da mulher: dona-de-casa (carestia), esposa e mãe (campanha pela paz) etc.

O problema é que as mulheres ficavam contidas nos marcos das preocupações partidárias mais gerais (ou sindicais) e das necessidades mais prementes do seu dia-a-dia. É como se não houvesse espaço para se discutirem outras questões. Embora algumas entrevistadas tenham feito menção a discussões sobre a submissão da mulher, o faziam de maneira esporádica, não levando a maiores desdobramentos, exceto quando o motivo era financeiro. Assim é que, para não

ficarem dependendo do dinheiro do marido, já comprometido em grande parte com as lutas, algumas mulheres procuraram garantir o próprio sustento assumindo uma atividade como modista, confeitadeira, lavadeira etc. Os maridos, no geral, não concordavam em que elas fossem estudar ou trabalhar fora:

Coincidiu que eu fui fazer uma visita ao colégio, e nesse ano estavam fundando a Faculdade de Filosofia do Colégio São José. Como ela (a mãe) era muito minha amiga: ‘Venha, Nize, você foi sempre muito boa aluna, venha fazer seu curso de Filosofia’, e eu cheguei em casa toda animadinha. – ‘Carlos, eu vou estudar. Olhe, eu vou de tarde, eu faço meu curso.’ Foi uma briga tão grande! Que se naquela época ele só faltou dizer ‘Você não vai estudar, você só quer sair. Ou a faculdade ou o casamento!’ Que é que eu ia preferir, apaixonada como eu era? Só podia ser o casamento.

Mas eu disse, eu vou ter minha independência econômica, porque quem não tem independência econômica não tem nenhuma. Como é que eu vou fazer? Aí comecei a fazer meus docinhos prá fora, que a minha mãe fazia. E cheguei a ter uma freguesia enorme (...). Mesmo porque tinha muita insegurança porque Carlos podia ser preso a qualquer momento. Ele foi preso, passou quase oito meses preso e eu sustentei minha casa, não faltou nada”³³.

Sempre comemoravam o Oito de Março – Dia Internacional da Mulher – e o Dia das Mães, ocasião em que proferiam palestras sobre o tema, incluindo outros assuntos ligados à conjuntura, terminando os encontros com atividades festivas.

Organizavam convenções, geralmente preparatórias às nacionais, com o intuito de discutir propostas e tirar delegações para os conclave internacionais, de acordo com o calendário proposto pelo PCB dentro de uma política de não-isolamento do campo socialista.

Em março de 1953, por exemplo, começaram os preparativos para a participação no Congresso Mundial de Mulheres, realizado, posteriormente, na Dinamarca.

No dia 30, realizou-se a Conferência Regional de Mulheres do Norte e Nordeste. Esse evento contou com a presença de delegadas da Bahia, Paraíba e Pernambuco. Na convocatória, foi feito um apelo à mulher como mãe, trabalhadora e cidadã: no caso das donas-de-casa, o chamamento partia da preocupação constante com o orçamento familiar; no caso das intelectuais e daquelas que exerciam profissões liberais, voltava-se para a garantia do trabalho e do acesso a todas as carreiras; para as operárias e empregadas, o apelo era em torno da luta contra os baixos salários, o desemprego, a intensificação do ritmo de trabalho,

pelo salário igual para trabalho igual, iguais possibilidades de qualificação e de emprego. No que diz respeito aos direitos civis, chamou-se a atenção para a questão do divórcio, entre outras.

Em 1956, as esposas dos ferroviários, ao se organizarem em uma associação, propuseram lutar pela extensão do salário-família aos filhos legítimos ou ilegítimos, adotivos e enteados, que vivessem sob a economia de seus pais, pois a lei vigente não reconhecia os mesmos direitos aos filhos tidos fora do casamento.

No ano seguinte, o jornal retoma a questão dos direitos, sugerindo mudanças no Código Civil, propondo que não só o homem como também a mulher fossem ambos reconhecidos como cabeça do casal;³⁴ em 1958, a discussão sobre o divórcio é retomada, defendendo-se que se transformasse em direito o que já existia de fato; também se reivindica o fim do pátrio poder e do direito, por parte do marido, à escolha do domicílio.

Durante todo esse tempo estava em tramitação a reformulação do Código Civil, o que só veio a se efetivar em 1962.

Em 1955, a Associação de Mulheres de Pernambuco possuía sete núcleos: São José, Santo Amaro, Pina, Campo Grande, Ponto de Parada, Beberibe e Casa Amarela, onde desenvolviam cursos de alfabetização, corte e costura, culinária e outros, para monitoras, incluindo conhecimentos de puericultura.

Montenegro³⁵ situa a formação dessas monitoras, desenvolvida em um curso com os seguintes temas:

[...] a participação da mulher brasileira nos movimentos patrióticos e democráticos, desde as lutas pela independência; importância da participação da mulher nas atuais campanhas democráticas; a Federação de Mulheres do Brasil e suas realizações em defesa da Paz, da infância e dos direitos da mulher; organização em geral da população feminina, das trabalhadoras e camponesas; plano de campanhas; importância do trabalho de propaganda; unidade com as mulheres latino-americanas.

A partir desse ano, 1955, as mulheres passaram a ter uma atuação maior no campo da política institucional. Não as encontramos apenas distribuindo propaganda dos “candidatos de Prestes”, mas também em outras atividades: mobilizando-se no intuito de defender a autonomia do Recife, pelo direito de haver eleições para prefeito e engajando-se na campanha do candidato Pelópidas Silveira, primeiro prefeito eleito após um período de 60 anos, bem como formando o Comitê Central Feminino Pró-Juscelino-Jango,³⁶ no que diz respeito às eleições presidenciais.

Com a vitória de Pelópidas Silveira, que tinha como um dos pontos centrais de sua campanha o incentivo à participação popular particularmente através das

associações de bairro, as mulheres passaram a ter também aí um meio de atuação. As entidades específicas de mulheres foram se tornando secundárias. Além do quê, eram organizadas por pessoas ligadas ao PCB, e esse partido foi duramente atingido em janeiro de 1956 com a queda de sua direção regional e a prisão de boa parte dos seus militantes em Pernambuco.

Isso fica mais evidente levando-se em conta que, em janeiro de 1957, foram suspensas, por seis meses, as atividades da Federação das Mulheres do Brasil e de suas congêneres nos estados, juntamente com outras entidades: a União dos Favelados do Distrito Federal, a União dos Portuários do Brasil, fechada um pouco antes, e a Liga de Emancipação Nacional.

O fechamento dessas entidades ocorreu para permitir ao presidente Juscelino Kubitschek fechar também o Clube da Lanterna, que era um agrupamento fascista, passando a idéia de que, se estava combatendo a direita, o mesmo estava fazendo com relação à esquerda.³⁷ Porém, ao se negociar o fechamento das entidades de mulheres, percebe-se a pouca importância dada a esse tipo de movimento.

No ano de 1958, foi retomada a questão da organização das mulheres em Pernambuco a partir da comemoração do Dia das Mães; em 27 de julho, noticiava-se a criação da União Feminina de Pernambuco, sob a presidência de Joanita Borel, havendo notícias sobre donas-de-casa de Brasília Teimosa, que estudavam os problemas de assistência à maternidade e à infância, e sobre a Associação de Mulheres do Pacheco, organizando-se em defesa da saúde e de melhores condições de habitação.

O movimento prosseguiu em 1959, com a Associação Feminina de Bem-Estar do Porto da Madeira, onde funcionava uma escola para crianças pobres, aulas de corte e costura e, à noite, de dança; e a Associação Feminina Oito de Março, no Totó, que reivindicava a instalação de um posto médico no bairro. Mas, então, já se tornara maior a organização das associações de bairro.

Havia também outras associações que contavam com grande participação de massa, embora não fossem ligadas aos comunistas: eram as ligas comunitárias, que arrecadavam uma importância, mensalmente, de seus associados, para fins de auxílio em caso de doença, de morte etc.

No início dos anos 60, a União Feminina Pernambucana retomou o movimento contra a carestia de vida, organizando comícios nos bairros.

Em 1963, foi aprovada a estruturação de uma Liga Feminina no estado, com vistas a organizar as mulheres na luta contra a carestia, pela melhoria nas condições de trabalho e de vida, inclusive no aspecto cultural, pela proteção à infância e à maternidade etc., propondo-se a atuar não só em relação à família como também nos setores civil, cultural, econômico, jurídico e trabalhista, bus-

cando ainda colaborar na solução de problemas relacionados ao progresso no estado.³⁸

O golpe de 64, contudo, impediu a continuação das atividades levadas pelas entidades democráticas, populares e sindicais.

Ao analisar a participação das mulheres nessas associações, percebe-se que seu engajamento dava-se tendo como referência seu papel tradicional na sociedade, cuja especificidade partia de sua situação biológica e doméstica, como reprodutora da vida e das condições de existência da classe trabalhadora, constituindo suas reivindicações em torno de questões como a da maternidade, da infância, da carestia, da falta de água etc. Nos aspectos de natureza mais política, eram particularmente suas as lutas pela paz ou pela anistia aos presos políticos, nas quais as reivindicações feitas partem de sua condição de mãe, aquela que luta pela vida. Não existem questionamentos a papéis que, ao contrário, são reforçados.

Essas associações, assim como os departamentos femininos dos sindicatos, promoviam cursos de alfabetização, bem como de corte e costura, trabalhos manuais, datilografia etc., importantes para sua capacitação para o trabalho e para o lar. Mas aí, também, há um reforço em relação ao que se espera das mulheres. É possível que outros cursos não tivessem público, não respondessem a suas perspectivas mais imediatas. As discussões que se faziam a partir desses espaços, contudo, também se situavam dentro de uma visão tradicional.

Na segunda metade da década de 50, a questão do divórcio torna-se mais presente. A violência cotidiana e doméstica não era tratada comumente. Questões sobre a opressão homem/mulher, tão presentes no mundo doméstico, questões ligadas à sexualidade, ao prazer, ao direito de ter ou não ter filhos não eram abordadas, segundo as entrevistadas, embora estivessem, por certo, presentes no plano do vivido de boa parte das mulheres do meio popular.

A participação de mulheres nas entidades e movimentos levou-as, de qualquer modo, a se constituírem enquanto sujeitos. Mesmo não escapando de uma visão tradicional de mulher, o fato de saírem de casa, do isolamento, do espaço privado e colocarem-se coletivamente no espaço público, seja ele no sindicato, perante os poderes públicos, nas manifestações, implica tensões, questionamentos, rupturas.

A mulher que participa tem de reorganizar sua vida, suas relações familiares, sua auto-imagem. E como as pessoas vivem e sentem de maneira diferente, se para algumas isso não trouxe tantas mudanças ou as trouxe apenas temporariamente, para outras significou uma nova visão de mundo, da vida, ou mesmo de sua condição de mulher.

Como tão bem argumenta Celi Pinto³⁹,

[...] se o movimento feminista é o local privilegiado da explicitação de poder contido nas relações de gênero que perpassam o social, não é, entretanto, o único canal dessa explicitação; os movimentos sociais de caráter popular têm sido também locais de emergência de práticas de resistência à desigualdade contida nas relações de gênero.

Algo que merece referência é a preocupação em adquirir mais conhecimentos, informar-se, preparar-se melhor, tornar-se mais capacitada e experiente. Essa necessidade, colocada no meio sindical em relação à legislação trabalhista ou ao Código Civil, também estava presente nas associações quando se promoviam palestras e debates em torno de questões que iam desde problemas internacionais até orientações de puericultura ou alimentação, como aquelas ministradas pela dra. Naíde Teodósio, ou às comemorações do dia Oito de Março.

Mesmo que encaradas como diferentes, malvistas pelas famílias conservadoras, malfaladas por alguns da vizinhança, temidas como “comunistas”, mulheres informadas constroem outras relações em seu meio. São mais ouvidas, mais respeitadas, menos discriminadas. Adquirem mais autoconfiança e, de qualquer modo, tornam-se uma referência no seu âmbito de atuação.

Não se pode esquecer as dificuldades e limitações presentes nessas entidades e, particularmente, nas próprias mulheres que aí atuavam. Além da responsabilidade pelos afazeres domésticos e das obrigações para com a família, tarefas que não eram consideradas nem assumidas pelos homens, no geral, nem a título de colaboração, não se pode desprezar o peso da ideologia patriarcal presente nelas mesmas. Não era fácil livrar-se das angústias e incertezas presentes em sua vida ao deixar a casa para se colocarem no mundo: os conflitos familiares, as pressões, seus próprios conflitos.

Nessa medida, de certa forma, a atuação das mulheres nem sempre foi marcada pela constância. Como acontece em relação ao trabalho produtivo, sua ação política também foi, muitas vezes, intermitente. E no que diz respeito àquelas que militavam e eram ligadas ao PCB, sua atuação era definida partidariamente. Sendo as associações de mulheres um movimento considerado secundário, poderiam ser deslocadas para outras frentes de trabalho.

Apesar de pouco valorizadas, levando uma atividade que aglutinava não muitas mulheres, secundárias, nas “grandes ocasiões”, conseguiram, contudo, em vários momentos, participar de maneira significativa num espaço mais amplo e politizado que o simples espaço doméstico. Na prática, fizeram elas, muitas vezes, a crítica de seus tradicionais papéis femininos. Não terão elas, portanto, percebido a importância de sua ação para o avanço da igualdade e da democracia?

NOTAS

- ¹ TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- ² SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1977.
- ³ CEZAR, Maria do Céu; COSTA, Lia Parente. *Lutas populares por habitação: Recife e São Paulo*. Recife: FASE, 1992.
- ⁴ BLAY, Eva Alterman. Habitação: a política e o habitante. In: _____ (org.). *A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- ⁵ ALBUQUERQUE, Janice Maria Smrekar. "Só deixo de lutar quando eu morrer": povo, terra e saber na luta urbana. Recife, 1986. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
- ⁶ FOLHA DO POVO. 9/abr./1950.
- ⁷ CEZAR, Maria do Céu. As organizações populares de Recife: trajetória e articulação política 1955/64. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 1, n. 7, jul./dez. 1985.
- ⁸ No caso das agremiações carnavalescas, isso também acontecia. Assim é que havia a Troça Mixta 'O Dia Todo', o Bloco Carnavalesco Mixto 'Batutas de São José' etc.
- ⁹ SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.
- ¹⁰ LEITE, Rosalina Santa Cruz. *A operária metalúrgica*. São Paulo: Cortez, 1984.
- ¹¹ FOLHA DO POVO. 14/jan./1949.
- ¹² PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite (org). *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro: Museu Nacional; São Paulo: Marco Zero, 1987.
- ¹³ FOLHA DO POVO. 12/abr./1949.
- ¹⁴ FOLHA DO POVO. 11/jul./1951.
- ¹⁵ FOLHA DO POVO. 12/abr./1949.
- ¹⁶ CRESPO, Alexina. Entrevista concedida à autora e gravada em 7/5/1993.
- ¹⁷ CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: da coluna Prestes à queda de Arraes*. Recife: Guararapes, 1980.
- ¹⁸ FOLHA DO POVO. 7/fev./1952.
- ¹⁹ FOLHA DO POVO. 3/abr./1955.
- ²⁰ FOLHA DO POVO. 15/nov./1955.
- ²¹ FOLHA DO POVO. 5/jan./1950.
- ²² FOLHA DO POVO. 19/set./1950.
- ²³ FOLHA DO POVO. 21/out./1951.
- ²⁴ FOLHA DO POVO. 28/out./1950.
- ²⁵ DUARTE, Nize. Entrevista concedida à autora e gravada em 11/10/1993.
- ²⁶ FOLHA DO POVO. 8/fev./1950.
- ²⁷ FOLHA DO POVO. 15/ago./1951.
- ²⁸ SÁ, Maria Eduvirgem de. Entrevista transcrita e disponível no Departamento de Memória da Federação das Associações de Moradores de Casa Amarela.
- ²⁹ FOLHA DO POVO. 19/mar./1950.
- ³⁰ FOLHA DO POVO. 21/mar./1950.
- ³¹ MOISÉS, José Álvaro. *Notas sobre as Sociedades Amigos de Bairro na região da Grande São Paulo*. São Paulo: Pólis, s/d.
- ³² DUARTE, Nize. Entrevista concedida à autora e gravada em 11/10/1993.
- ³³ Idem.
- ³⁴ FOLHA DO POVO. 5/set./1957.
- ³⁵ MONTENEGRO, Ana. *Ser ou não ser feminista*. Recife: Guararapes. 1981.
- ³⁶ FOLHA DO POVO. 1/set./1955.
- ³⁷ BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. São Paulo: Fulgor/Alfa-Ômega, 1968.

³⁸ A HORA. 19/jan. e 23/fev./1963.

³⁹ PINTO, Celi Regina Jardim. Movimentos sociais, espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.